



SEMINÁRIO PL 257/16

e o direito dos servidores públicos



**Federação Brasileira de Associações
de Fiscais de Tributos Estaduais**



FÓRUM DAS ENTIDADES DOS
SERVIDORES PÚBLICOS DO ES

FESPES

 /fesp.espiritocanto





Federação Brasileira de Associações
de Fiscais de Tributos Estaduais



NÃO

ao PLP

257/2016

ANOS 90 – PLANO REAL

SISTEMA BANCÁRIO BRASILEIRO PROBLEMAS DE SOLVÊNCIA E LIQUIDEZ

PROER (1995)

Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sist. Finan. Nacional

Prejuízos: BCB

PROES (1996)

Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária

Prejuízos: Estados

PROEF (2001)

Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais.

Prejuízos: Tesouro Nacional

ANOS 90 – PLANO REAL

PLANO REAL

LEI KANDIR

DESVAL. CAMBIAL

RESTRIÇÃO CRÉDITO

AUMENTO COMPUL.

JUROS ALTOS

MENOS RECEITA

+

MAIS GASTOS

=

DESCONTROLE FINANÇAS ESTADUAIS

Insolvência dos Estados

IMPOSIÇÃO DE CONTRATOS LEONINOS (EXEMPLO DE MECANISMO UTILIZADO)

NOVEMBRO DE 1997

TAXA SELIC EFETIVA	45,67% a.a.
INFLAÇÃO NO MÊS	0,17%
INFLAÇÃO ANUAL 1997	5,22%

DÍVIDA DOS ESTADOS COM A UNIÃO

1999/2014

SALDO INICIAL R\$ 93 bi

PAGAMENTOS R\$ 246 bi

SALDO DEVEDOR R\$ 422 bi

(MAR/16 – R\$474 bi)

(VALORES NOMINAIS)

DÍVIDA DOS ESTADOS COM A UNIÃO

1999/2014

SALDO INICIAL R\$ 93 bi

PAGAMENTOS R\$ 246 bi

SALDO DEVEDOR R\$ 422 bi

(MAR/16 – R\$474 bi)

(VALORES NOMINAIS)

DÍVIDA DOS ESTADOS COM A UNIÃO

1999/2015

Espírito Santo.

**Datas da Assinatura - Refinanciamento: 24/03/98 - Proes:
25/11/98**

TOTAL GERAL RECEBIDO: R\$ 647.672.882,00

TOTAL GERAL PAGO de 1998 a 2015: R\$1.718.630.488,35

**TOTAL GERAL SALDO DEVEDOR DEZEMBRO 2015:R\$
1.238.211.532,56**

TAXAS PSI - BNDES

FINANCIAMENTO	TAXAS PSI
BENS DE CAPITAL	até 2014 - 2,5 a 5,5% a.a. (fixa) em 2015 - 6,5 a 10% a.a. (fixa)
INOVAÇÃO	até 2014 - 4 a 5,5% a.a. (fixa) em 2015 - 6,5 a 7% a.a. (fixa)

Fonte: BNDES – Programa de Sustentação do Investimento (PSI)

“Na segunda metade da década de 90 ficou evidenciada a necessidade de equacionar as dificuldades financeiras enfrentadas pelos estados, em razão das mudanças econômicas ocorridas nos últimos anos.”

Fonte: Prestação de Contas da Presidência da República enviada ao Congresso Nacional referente anos **2008 a 2014**.

RECEITA UNIÃO 2014 (AJUSTADA)

CORRENTE	R\$1.267.243.736.000,00
CAPITAL	R\$ 949.808.181.000,00
(-) OPER.CRÉDITO	(R\$ 828.043.342.000,00)
(-) OUTRAS DEDUÇÕES	(R\$ <u>25.047.210.000,00</u>)
RECEITA AJUSTADA	R\$1.363.691.365.000,00

RECEITA DA UNIÃO 2014 - Lei 9.496/97

PRESTAÇÕES PAGAS 2014 **R\$30.912.518.000,00**

2,27%


1,39%

Renegociação na Dívida dos Entes Subnacionais


Mudança dos indexadores das dívidas dos governos subnacionais com o Tesouro Nacional

» Impacto no Estoque

» O impacto total nos saldos devedores dos estados e municípios é de R\$ 59 bilhões (considerando o dia 1 de outubro de 2014).

» Impacto relevante para alguns municípios: redução de R\$ 44 bi em seus saldos devedores¹, para uma dívida próxima a R\$ 70 bilhões. 

» Impacto de R\$ 15 bi no saldo devedor da dívida dos estados, para uma dívida total de aproximadamente R\$ 400 bilhões.

» O impacto sobre os estoques da dívida dos estados e municípios não afeta a Dívida Bruta do Governo Geral nem a Dívida Líquida do Setor Público (dívidas intergovernamentais). 

» Impacto no Fluxo

» Impacto sobre o valor presente dos fluxos de pagamentos

» redução média do fluxo de pagamentos dos estados e municípios até 2020 de R\$ 4,5 bilhões ao ano, aproximadamente 0,1% do PIB.

» redução seria maior, tendo sido parcialmente compensada pelo início do pagamento dos resíduos (montante gerado pela diferença entre a prestação contratual e o limite de pagamento pela margem consignável da receita), retornando o limite dos 13% da Receita Corrente Líquida – RCL

1 - R\$ 25 bilhões somente para o município de São Paulo.

A DÍVIDA DOS ESTADOS COM A UNIÃO

ESTUDO ATUALIZADO E REPRESENTAÇÕES
NOTAS OFICIAIS

PLF
561/2015

RELAÇÃO ESTOQUE DPF¹ X RECEITA CORRENTE LÍQUIDA 2006 a 2015

ANO	ESTOQUE DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL¹ R\$1,00	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA R\$1,00	ESTOQUE DPF/RCL
2006	1.534.740.158.055	344.731.433.000	4,5
2007	1.694.387.345.625	386.681.857.210	4,4
2008	1.891.646.439.031	428.563.287.920	4,4
2009	2.135.204.926.780	437.200.336.330	4,9
2010	2.397.239.694.577	499.866.612.960	4,8
2011	2.618.190.431.923	558.706.386.600	4,7
2012	2.914.611.989.121	616.933.348.520	4,7
2013	3.080.906.921.533	656.094.217.900	4,7
2014	3.413.338.390.817	641.578.197.330	5,3
2015	4.079.520.548.175	674.522.742.050	6,05

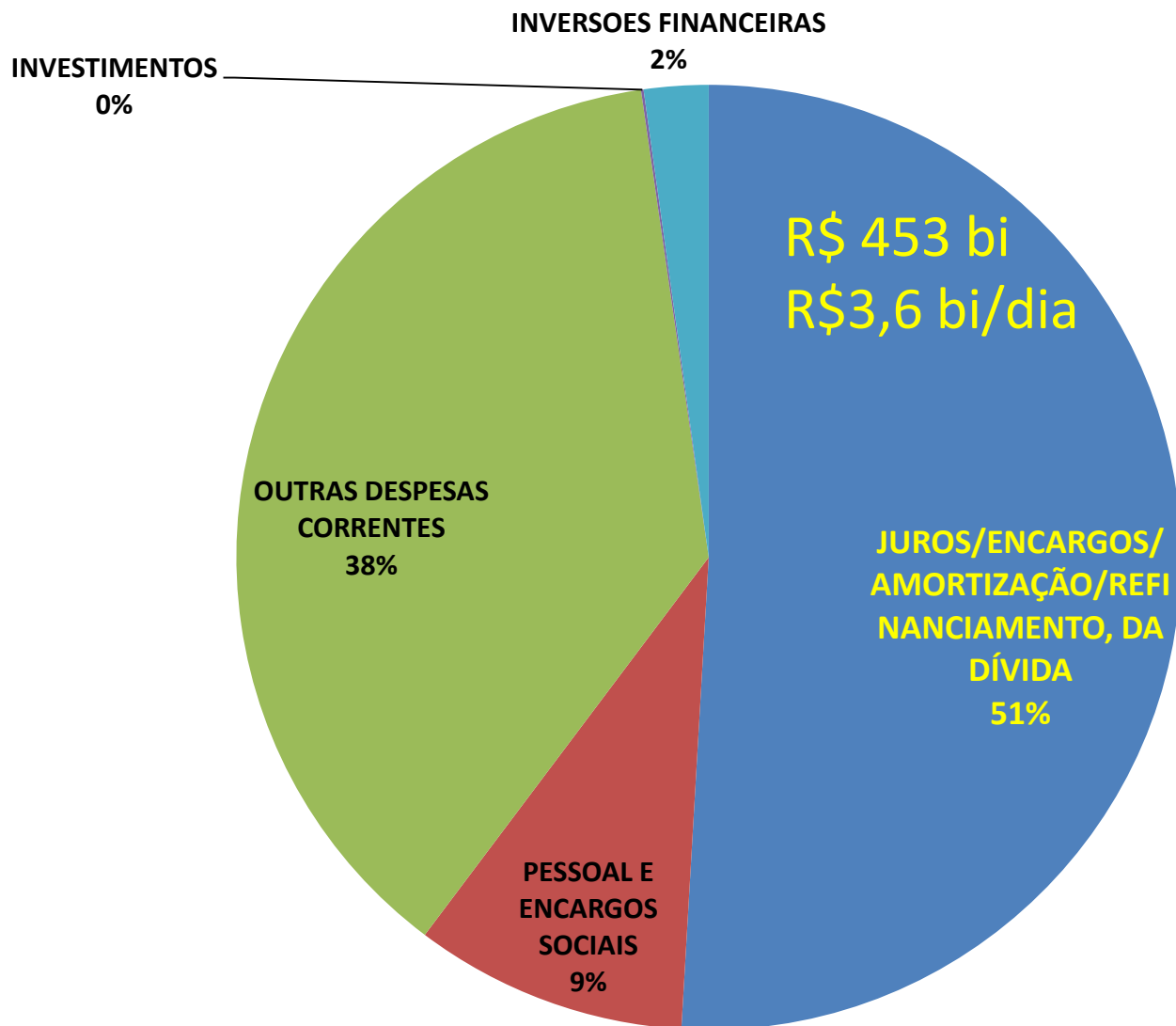
Fonte dados básicos: STN

¹DPF em poder do público + DPMFi em poder Banco Central

GASTO COM DÍVIDA FEDERAL (BAL. FINANCEIRO e PATRIMONIAL)

ANO	DESPESA TOTAL	GASTO DÍVIDA R\$	GASTO DÍVIDA (%)	DÍVIDA R\$/DIA
2008	1,184 tri	558 bi	47 %	1,53 bi
2009	1,331 tri	641 bi	48 %	1,75 bi
2010	1,414 tri	635 bi	45 %	1,74 bi
2011	1,574 tri	708 bi	45 %	1,93 bi
2012	1,712 tri	753 bi	44 %	2,06 bi
2013	1,783 tri	718 bi	40 %	1,97 bi
2014	2,17 tri	978 bi	45 %	2,7 bi
2015	2,27 tri	963 bi	42 %	2,6 bi
06MAI16	889 bi	453 bi	51%	3,6 bi

GASTOS TOTAIS DA UNIÃO ATÉ 06MAI16



MANIFESTO FEBRAFITE

O Conselho Deliberativo da Federação Brasileira de Associações de Fiscais de Tributos Estaduais – FEBRAFITE, reunida em Assembleia Geral Ordinária na cidade de Campo Grande/MS, em 31 de março de 2016, deliberou:

NÃO ao PLP
257/2016

- Transforma governadores eleitos em meros gerentes operacionais sem autonomia.
- Desconsidera a função das Assembleias Legislativas.
- Reduz a quantidade e a qualidade dos serviços públicos, em todas as áreas.

- Massacra os servidores públicos estaduais, com demissão, suspensão de concursos, congelamento salarial e aumento da alíquota de contribuição previdenciária para 14%.
- Venda de patrimônio público.

O PLP 257/16 não resolve o problema da dívida dos estados com a União, já paga se não fossem os juros de agiotagem cobrados dos estados.

A solução da crise fiscal e financeira dos entes federados passa obrigatoriamente pelo resgate da receita própria, em especial a tributária, o controle fiscal, ética nos gastos públicos e o combate eficaz e permanente à sonegação.

A SOCIEDADE BRASILEIRA MERECE DEMOCRACIA,
DEBATE TRANSPARENTE E RESPEITO.



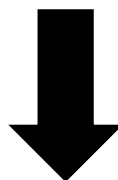
Federação Brasileira de Associações de Fiscais de Tribunas Estaduais



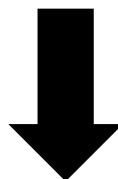
DÍVIDA DOS ESTADOS COM A UNIÃO

PLP 257/2016 - PLANO DE AUXÍLIO

GOVERNADORES



GERENTES DE PROVÍNCIA



BRASIL COLÔNIA

DÍVIDA DOS ESTADOS COM A UNIÃO

PLP 257/2016 - PLANO DE AUXILIO

- 1** - A União **poderá** prazo adicional de **até** 240 meses - aditivo segundo a LC 148/14;
- 2** - A **concessão** depende da **desistência** ações judiciais;
- 3** - A União **poderá celebrar** aditivos cabe aos Estados leis com **a adoção, durante os 24 meses** seguintes à assinatura, **das seguintes medidas:**

DÍVIDA DOS ESTADOS COM A UNIÃO

PLP 257/2016 - PLANO DE AUXILIO

- A** - não conceder vantagem, aumento, reajustes ou adequação de remunerações;
- B** - limitar o crescimento das outras despesas correntes ;
- C** - vedar novas leis ou a criação de programas que concedam ou ampliem incentivo ou benefício de natureza tributária ou financeira;
- D** - suspender admissão ou contratação de pessoal;
- E** - reduzir em 10% (dez por cento) a despesa mensal com cargos de livre provimento;
- F** - instituição do regime de **previdência complementar**;
- G** - monitoramento fiscal contínuo das contas do ente para a manutenção do equilíbrio fiscal;

DÍVIDA DOS ESTADOS COM A UNIÃO

PLP 257/2016 - PLANO DE AUXILIO

H - avaliação periódica dos programas e dos projetos para aferir a qualidade, a eficiência e a pertinência da sua manutenção, bem como a relação entre custos e benefícios de suas políticas públicas;

I - elevação das alíquotas de **contribuição previdenciária** dos **servidores para 14% e patronal para 28%**;

J - reforma do regime jurídico dos servidores ativos e inativos, civis e militares, para limitar os benefícios, as progressões e as vantagens **ao que é estabelecido para os servidores da União**;

L - limite máximo para acréscimo da **despesa orçamentária não financeira**, à 80% do crescimento nominal da receita corrente líquida do exercício anterior.

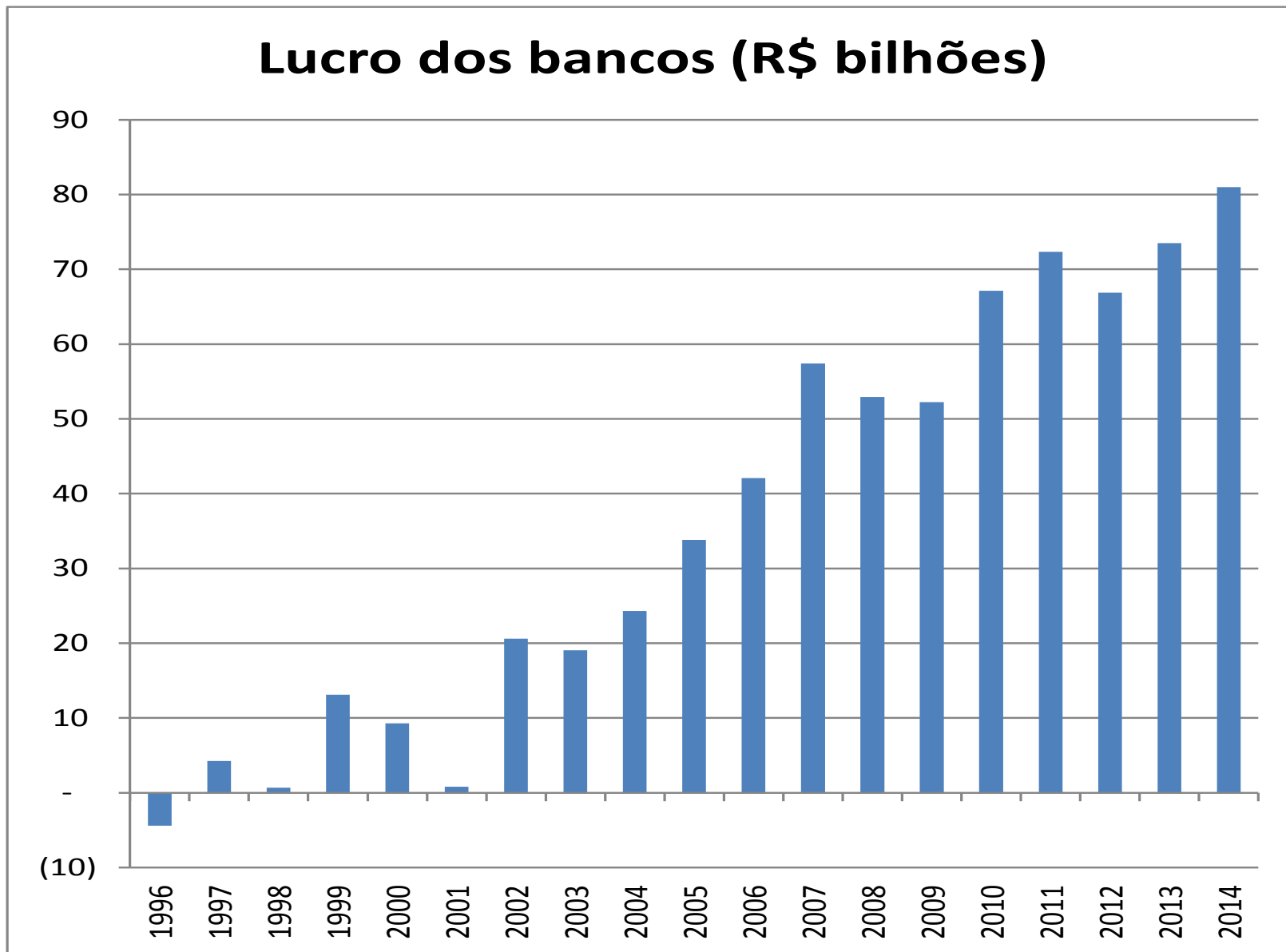
DÍVIDA DOS ESTADOS COM A UNIÃO

PLP 257/2016 - PLANO DE AUXILIO

4 - Fica a União **autorizada** a conceder **redução extraordinária de 40% da prestação mensal**, por **até 24 meses**, observado o **limite máximo de redução de R\$ 160 milhões por mês**;

5 - Os valores correspondentes à redução extraordinária **serão incorporados ao saldo devedor** ao final do prazo de que trata o caput, acrescidos dos encargos financeiros contratuais de adimplência

Escandaloso crescimento do lucro dos bancos...



Perdão da Dívida de Países Estrangeiros

- República do Congo
- Costa do Marfim
- Tanzânia
- Gabão
- Senegal
- República da Guiné
- Mauritânia
- Zâmbia
- São Tomé e Príncipe
- República Democrática do Congo
- Sudão
- Guiné Bissau.

PLP 257/2016

Alteração de 34 artigos

Lei de Responsabilidade Fiscal -

Atingindo a União, 27 Estados,
5.570 Municípios, e seus
servidores

LRF estabelece
para ESTADOS E MUNICIPIOS

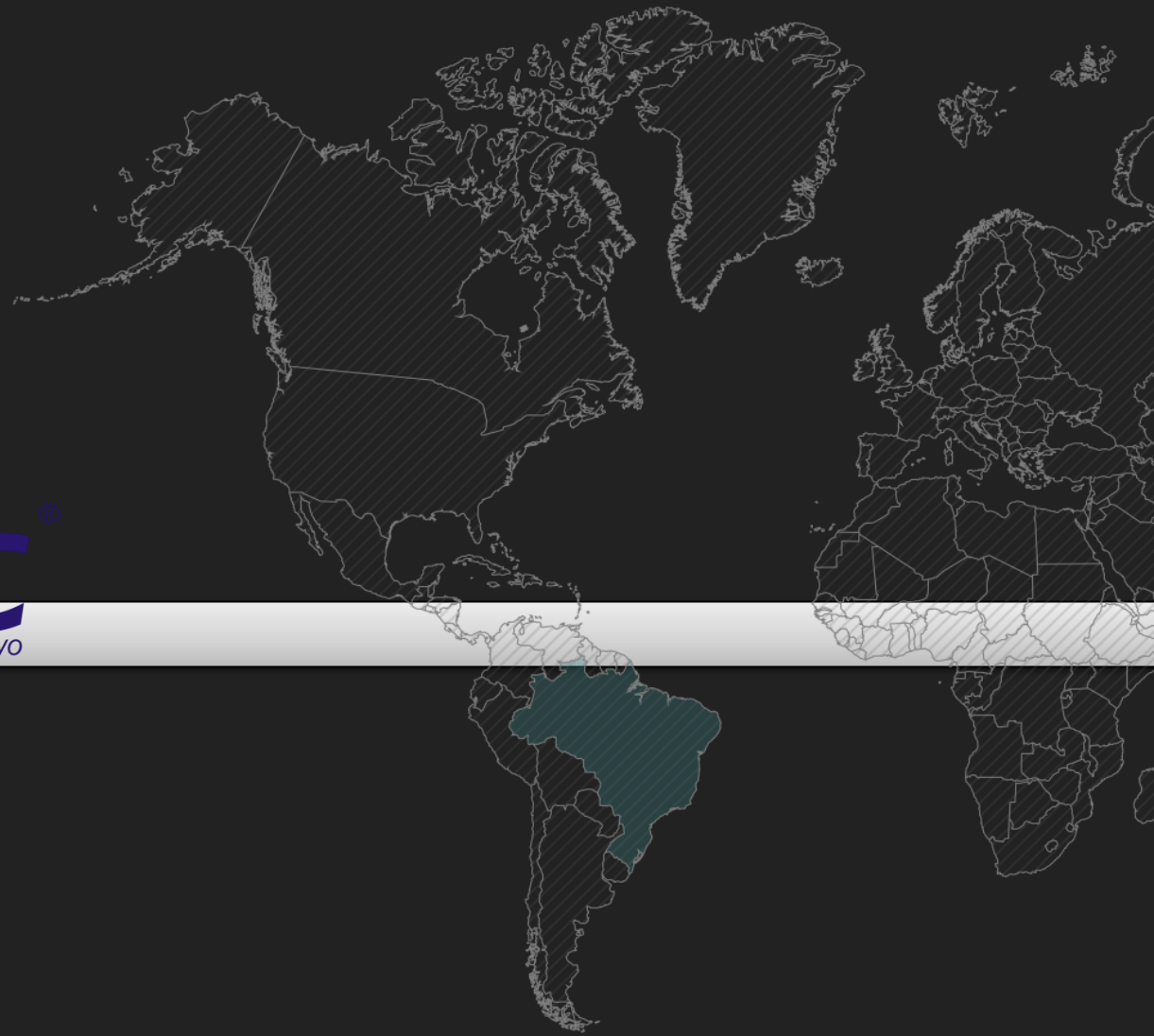
LIMITES DE PESSOAL

E ENDIVIDAMENTO

União não tem limite de
endividamento

Projeto de Resolução do Senado Federal dorme até hoje no Senado sem regulamentação

União tem problema
em seu limite da dívida
6,03 da RCL (DC) (12,23%)
2,56 da RCL (DCL) (21,07%)





PACTO
PELA REFORMA DO ESTADO

INTEGRANTES



Ceará



Distrito
Federal



Espírito Santo



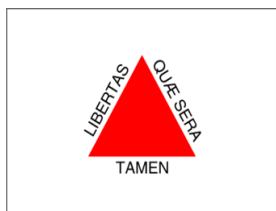
Goiás



Mato Grosso



Mato Grosso
do Sul



Minas Gerais



Pará



Paraíba



Paraná



Pernambuco



Rondônia



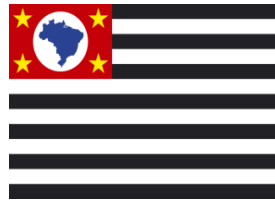
Rio de Janeiro



Rio Grande
do Sul



Santa
Catarina



São Paulo



Tocantins

REUNIÃO COM GOVERNADORES

25 de novembro

Reunião de trabalho entre governadores e lideranças empresariais





Obrigado!

Roberto Kupski

Presidente da FEBRAFITE

E-mail:

roberto.kupski@terra.com.br

Tels.: (51) 9128-4300 / (61)